

CAPÍTULO 9

PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA

Pedro de Oliveira Filho

INTRODUÇÃO

Falas e textos constituem os diferentes fenômenos psicossociais que têm sido objeto de estudo dos psicólogos sociais ao longo de sua história, iniciada no início do século XX (ver Capítulo 1 deste livro). Mas como ocorre esse processo de constituição? Como diferentes formas e conteúdos discursivos constroem a identidade de um grupo político ou de um grupo religioso? Qual o papel da retórica nesse processo de construção? Essas são algumas questões que serão abordadas neste capítulo.

Nem sempre questões como essas foram objeto de atenção dos psicólogos sociais. A indiferença em relação ao papel da linguagem na constituição dos processos psicossociais tem caracterizado historicamente a produção teórico-empírica da psicologia social – destacadamente na versão da psicologia social que é hegemônica nos Estados Unidos, versão que Farr (1998) denomina de psicologia social psicológica (para uma revisão sobre os paradigmas da psicologia social, veja o Capítulo 1 deste Manual). A linguagem, nessa tradição, é representada como um meio neutro cuja única função é expressar as diferentes entidades que habitam a mente.

Essa indiferença não pode ser atribuída à ausência de reflexões sobre a relação entre linguagem e psiquismo nos Estados Unidos da primeira metade do século XX. Um autor como Sapir (1980), linguista norte-americano de grande influência, escre-

vendo nas primeiras décadas daquele século, referia-se de maneira irônica às teorias que concebiam a linguagem como uma roupagem do pensamento. Não se pode deixar de mencionar, também, a obra filosófica de John Dewey (Dewey, 1974), um ícone do pragmatismo norte-americano, que, no início do século passado, já concebia a linguagem como instrumento de ação sobre o mundo.

Não surpreende, portanto, que seja no interior da tradição pragmatista dos Estados Unidos que emerge, na primeira metade do século XX, uma produção teórica de natureza psicossocial que abordava de maneira notavelmente sofisticada as relações entre linguagem e psiquismo. Trata-se da produção teórica de George Mead, na qual se argumentava, segundo Farr (1998, p. 100), que “a mente era um produto da linguagem”, e não o contrário.

De qualquer forma, nas últimas três décadas esse desprezo injustificado da psicologia pelas questões de linguagem e discurso vem dando lugar ao reconhecimento do papel fundamental da linguagem na construção do psiquismo humano e das relações sociais, – acompanhando um movimento perceptível também em outras disciplinas das ciências humanas e sociais. Como resultado desse processo existe hoje um conjunto de abordagens discursivas, ou discursivamente orientadas, na psicologia e na psicologia social, lutando por espaço no meio acadêmico e se posicionando de maneira crítica em relação às abordagens tradicionais.

Essa “onda discursiva” na psicologia social está representada, em uma de suas formas mais destacadas, nos estudos de psicólogos sociais ingleses ou de língua inglesa (e.g., Antaki & Widdicombe, 2008; Billig, 1985, 1987, 1988, 1991, 2012; Edwards & Potter, 1992; Edwards, 2008; Potter & Wetherell, 1987; Potter et al., 1990; Potter, 1996, 1998, 2012; Stokoe, 2015; Wetherell & Potter, 1992; Wetherell, 1996, 2007, 2008, 2015), responsáveis, nas últimas décadas, pelo desenvolvimento de uma psicologia social que usa o método de análise de discurso para abordar, de maneira inovadora, alguns dos fenômenos psicossociais investigados pela psicologia social ao longo de sua história.

Este capítulo apresenta e discute, primeiramente, os conceitos de discurso e análise de discurso na psicologia social discursiva. Em seguida, apresenta quatro conceitos centrais dessa perspectiva: ação, construção, retórica e variabilidade. Depois disso, explora o uso dos métodos e conceitos da psicologia social discursiva em alguns temas tradicionais estudados por psicólogos e psicólogos sociais. Por fim, apresenta e discute as posições epistemológicas defendidas pelos teóricos dessa perspectiva.

9.1 DISCURSO E ANÁLISE DE DISCURSO

Os termos discurso e análise de discurso são usados em diferentes disciplinas e perspectivas teóricas, por isso mesmo esses termos são equívocos, estão associados a muitos sentidos e definições. Segundo Fairclough (2001), na linguística o termo discurso é frequentemente usado para denominar amostras ampliadas de diálogos falados, grandes amostras de linguagem falada e escrita e diferentes tipos de linguagem: discurso do universo publicitário, discurso de consultas médicas etc. Fora da linguis-

tica, um autor como Foucault (1972) usa o termo discurso para denominar discursos sociais constituídos historicamente e que atravessam amplos períodos históricos, o discurso médico, o discurso psicológico etc.

A expressão análise de discurso não é menos polissêmica. É utilizada por pesquisadores interessados no uso ideológico da linguagem em determinados contextos sociais e cognitivos, e na relação entre linguagem e cognição, como é o caso de van Dijk (2000). Também é adotada por pesquisadores que privilegiam as unidades linguísticas acima do nível da sentença (Dooley & Levinsohn, 2004); por autores influenciados pela psicanálise, linguística estruturalista e marxismo; e por autores interessados nas relações entre discurso, poder e subjetividade, como os teóricos da análise de discurso francesa (ver Pêcheux, 2002), e por um autor como Foucault (1972), interessado no “poder de afirmação” do discurso, na sua capacidade de “constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas” (p. 69-70).

Para Michel Foucault, a análise de discurso não é um tipo de análise linguística, nem o discurso pode ser visto como sinônimo de linguagem. A análise de discurso, nessa perspectiva, interessa-se por especificar formações discursivas, ou discursos, que determinam a ocorrência de determinadas categorias e enunciados em determinados períodos históricos, lugares e instituições (Fairclough, 2001).

Em *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour* – obra em que apresentaram nos anos 1980 do século passado alguns dos conceitos definidores da Psicologia Social Discursiva – Potter e Wetherell (1987) usam o termo discurso para fazer referência a todas as formas de interação pela fala –, conversas cotidianas, entrevistas etc. – e aos textos escritos de todos os tipos. O termo análise de discurso, nessa perspectiva, é usado para nomear a análise de todas essas formas de produção de sentido. O termo discurso na obra supracitada significa, mais especificamente, performance discursiva, linguagem em uso, falar, escrever um texto etc. Potter e Wetherell (1987) estão compreendendo “discurso” como o ato de produzir significado, como ação. Mas há um segundo significado para “discurso” em Potter e Wetherell (1987). Esses autores reconhecem que ao falar e produzir textos as pessoas utilizam um ou mais discursos. De fato, uma palestra contra o uso de drogas de um militante político conservador pode, por exemplo, ser constituída por conceitos e expressões do discurso cristão e do discurso psiquiátrico. “Discurso” nomeia agora não mais a ação, o ato de discursar; nomeia um tipo de estrutura de significação que as pessoas utilizam quando falam ou produzem textos. Em outra obra (Potter et al., 1990), as noções de verbo e substantivo serão usadas para definir os dois sentidos de “discurso”: “discurso” entendido como verbo refere-se à linguagem em ação, “discurso” entendido como substantivo refere-se a estruturas de significação como o discurso psiquiátrico, o discurso liberal etc.

Mas reconhecer a existência de discursos, entendidos como estruturas de significação, não significa aceitar uma definição que reifica esses fenômenos. Não significa endossar a ideia que os discursos – o discurso cristão, o discurso psiquiátrico, o discurso da democracia racial, dentre outros – seriam entidades que usariam as pessoas

e não seriam usadas por elas. Por entender que discursos são abstrações do uso da linguagem em diferentes contextos, um tipo de realidade que não existe por si só, que só existe porque é produzida continuamente pelas práticas discursivas dos seres humanos, esses autores (Potter & Wetherell, 1987; Potter et al., 1990; Wetherell & Potter, 1992) substituem “discurso” por “repertório interpretativo” nas duas primeiras décadas de desenvolvimento da psicologia social discursiva.

A expressão repertórios interpretativos é apresentada nas primeiras obras desses autores (Potter & Wetherell, 1987; Potter et al., 1990; Wetherell & Potter, 1992) como uma expressão mais apropriada para destacar o caráter prático e situado da linguagem, uma preocupação central da psicologia social discursiva.

Wetherell e Potter (1992) definem repertórios interpretativos como conjuntos de termos e descrições agrupados ao redor de metáforas, figuras, imagens. Sistemas de significação utilizados para descrever as estruturas sociais, o eu e suas ações, recursos discursivos usados para avaliar, construir versões tidas como verdadeiras e realizar ações específicas (Wetherell & Potter, 1992).

O repertório de comunidade, por exemplo, é formado por um conjunto de termos que descrevem relações sociais de certo tipo – marcadas pela coesão, proximidade, integração – e por metáforas que fazem referência às relações espaciais, ao organismo e à agência. Diferentemente do tipo de análise realizada por Foucault, por exemplo, a análise de discurso desenvolvida pela psicologia social discursiva não tentaria identificar a construção de um determinado objeto de maneira abstrata por esse repertório, e sim os diferentes objetos produzidos por ele em diferentes práticas (Potter et al., 1990).

Um repertório bem conhecido dos brasileiros, que poderia ser denominado de repertório ou discurso da democracia racial (também se poderia denominá-lo de repertório ou discurso da mestiçagem), pode ajudar a compreender a diferença entre os dois modos de trabalhar com a noção de discurso, o de Foucault e o da psicologia social discursiva. Como se pode ver em Oliveira Filho (2005, p. 249), esse discurso é composto por expressões como “todos nós temos um pouquinho de negro”, todos somos “mestiços”, por imagens como “lá atrás a raiz dele é negra”. Trata-se de um discurso que tende a construir o Brasil como um país não racista ou pouco racista, que rejeita o modo de classificação racial dos Estados Unidos, que tem aversão ao conceito de raça.

No estudo de Oliveira Filho (2005), ele atua para amenizar o racismo no Brasil, em outro estudo desse mesmo autor (Oliveira Filho, 2009) ele combate as cotas para afro-descendentes, mas não há nenhuma necessidade lógica que determine ações desse tipo em todas as ocasiões em que ele é usado. Em outros termos, esse discurso, assim como todo e qualquer discurso, nem sempre construirá os seus objetos, as relações raciais no Brasil, os negros, os brancos, da mesma maneira, por isso é preciso em cada caso acompanhar a linha argumentativa em que ele é mobilizado.

O tipo de análise desenvolvida pela psicologia social discursiva também se diferencia claramente de outras abordagens analíticas, desenvolvidas em disciplinas, como a linguística ou a psicologia. Os psicólogos sociais discursivos não estão interes-

sados na interface entre discurso e cognição – no papel de estruturas cognitivas na compreensão de textos, por exemplo –, em questões fundamentalmente linguísticas ou nas variações da linguagem quando usadas por diferentes grupos sociais, no estilo da sociolinguística. Estão interessados no poder construtivo da linguagem, em entender como o eu, a mente, a interação, as relações sociais e a vida social são construídos discursivamente. Assim, direcionam seus olhares para as interações discursivas cotidianas, para as atividades discursivas e os recursos – termos, vocabulários e sistemas de categorias – utilizados quando realizam essas atividades (Potter, 1996). Interessada como está nas atividades realizadas discursivamente, a psicologia social discursiva direciona sua atenção para quatro tópicos: ação, construção, retórica e variabilidade.

9.2 CONCEITOS CENTRAIS NA PSICOLOGIA SOCIAL DISCURSIVA

9.2.1 AÇÃO

Um pressuposto central do construcionismo, presente num artigo seminal de Gergen escrito na década de 1980 do século passado (Gergen, 1985), é a ideia de que fazer uso da linguagem é uma forma de ação como qualquer outra, ação que produz os mais diversos efeitos sobre as relações sociais – nessa perspectiva, as pessoas realizam ações quando formulam argumentos, descrições, narrações etc.

Esse tema será aprofundado e transformado num princípio fundamental da técnica de análise de discurso desenvolvida pelos psicólogos sociais discursivos (Potter & Wetherell, 1987; Potter et al., 1990; Wetherell & Potter, 1992; Potter, 1998). A perspectiva teórico-metodológica desenvolvida por esses autores inspira-se nas teorias desenvolvidas pela filosofia analítica inglesa (Austin, 1998; Ryle, 1990; Wittgenstein, 1979), principalmente pela filosofia dos atos de fala desenvolvida por Austin.

Segundo Potter (1998), uma característica central da filosofia de Austin é o combate às teorias filosóficas que privilegiam os aspectos referenciais da linguagem, preocupando-se somente, no que diz respeito à linguagem, com questões de verdade e falsidade. Austin (1998) parte de uma distinção entre duas classes de expressões, as que afirmam coisas e as que fazem coisas, e depois procura demonstrar que essa distinção não se sustenta, na medida em que toda e qualquer expressão depende de questões de verdade e falsidade e realiza ações.

Dois exemplos podem ajudar a compreender o argumento do autor. A expressão “Recife localiza-se no litoral de Pernambuco”, além de ser uma expressão que se caracteriza fundamentalmente por seu caráter de verdade ou falsidade, é também um ato de afirmar. Por outro lado, a expressão “prometo devolver seu dinheiro amanhã na casa de Maria” é parte do ato de prometer, mas também depende da existência de referentes reconhecidos para termos como “dinheiro” e “casa”, por exemplo.

Outra abordagem teórica que ressalta as ações realizadas pela linguagem em uso é a etnometodologia, corrente teórica da sociologia norte-americana que se desenvol-

veu a partir dos trabalhos do genial sociólogo Harold Garfinkel (Garfinkel, 1987). Os teóricos que participaram da construção da etnometodologia e da análise conversacional, disciplina esta que se desenvolveu a partir da etnometodologia, combatem a noção de que no estudo das produções discursivas o mais importante é saber se elas representam objetos do mundo de maneira mais ou menos verídica (Potter, 1998). Argumentam que as falas das pessoas são parte constitutiva das ações e eventos, e não somente relatos sobre eventos, e que os sentidos dos seus relatos são dependentes do contexto (Potter & Wetherell, 1987).

Os etnometodologistas usam o termo flexibilidade para falar do caráter constitutivo da fala, para ressaltar sua capacidade de produzir consequências dentro das situações ao descrevê-las, para falar, enfim, do caráter funcional da linguagem. Segundo Garfinkel (1987), a principal recomendação que deve ser seguida por um etnometodologista é tratar as atividades pelas quais as pessoas gerenciam e produzem suas relações nos cenários cotidianos como idênticas aos procedimentos usados para torná-las explicáveis, justificáveis. Em outras palavras, descrevendo, explicando e classificando as pessoas produzem a si mesmas e ao mundo social em que vivem, e essa produção é interminável, contínua e contingente.

O termo indexabilidade, por sua vez, é usado por esses teóricos para afirmar que os sentidos das expressões humanas só podem ser acessados em seus contextos de uso, que a mesma sentença pode apresentar diferentes sentidos em diferentes contextos (Potter & Wetherell, 1987). Essa ideia já estava presente na filosofia analítica inglesa, e encontrou uma expressão célebre na frase de Wittgenstein segundo a qual “... a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (1979, p. 28). Um exemplo apresentado em Gill (2003, p. 249) é bem ilustrativo da indexabilidade. A frase “meu carro quebrou” pode ser interpretada como uma descrição sobre o estado desse objeto, mas pode ter seu sentido radicalmente modificado com mudanças no “contexto interpretativo”.

Quando dito para um amigo na saída de uma reunião, isso pode ser um pedido explícito para uma carona. Quando dito a uma pessoa que lhe vendeu o carro há apenas alguns dias pode fazer parte de uma acusação ou repreensão. Quando dito para um professor para cuja aula você está meia hora atrasado, pode se constituir em uma desculpa ou explicação (Gill, 2003, p. 249).

Toda essa ênfase na ação, no caráter funcional do discurso – nos contextos discursivos – não deixam dúvidas sobre o posicionamento anticognitivista e antirrepresentacionista da psicologia discursiva, e das abordagens nas quais foram buscar alguns de seus mais importantes princípios teóricos.

Comentando as diferenças entre as abordagens sociocognitivas da psicologia social e as abordagens discursivas, Augoustinos e Walker (1995) afirmam que, enquanto as primeiras compartilham da noção de representações mentais internas e entendem a cognição como anterior à linguagem – linguagem essa que seria simplesmente o

meio através do qual a cognição se expressa –, as últimas enfatizam o modo como a linguagem constitui formas de experienciar o mundo.

De fato, a psicologia social discursiva está mais interessada na ação dos discursos – nas funções das falas e textos – do que em cognições. Ao analisar uma descrição qualquer, se interessará antes por identificar a natureza da ação ou das ações realizadas do que por revelar as atitudes e representações subjacentes do sujeito responsável por tal descrição (Potter, 1996) (para uma compreensão dos fenômenos das atitudes e das representações sociais, veja os Capítulos 4 e 8 deste Manual).

Potter (1998), um dos mais ácidos críticos do cognitivismo entre os psicólogos discursivos, elenca alguns dos principais problemas associados à noção de representações mentais internas (para uma compreensão do cognitivismo na psicologia social, veja o Capítulo 3 deste Manual). Essas representações são inferidas a partir de práticas figurativas diversas, e essas inferências são frequentemente circulares, uma vez que as próprias representações são usadas como explicações para as práticas figurativas. Um outro problema: nas correntes cognitivistas, as representações são separadas das práticas, são concebidas como entidades psicológicas estáticas dentro das pessoas e essa compreensão, segundo Potter, impede os cognitivistas de atentarem para a mobilização das representações nos contextos em que são produzidas. Além desses problemas, Potter destaca a tematização dessas entidades cognitivas no discurso cotidiano. E nesse discurso, segundo ele, é bastante problemática a distinção entre expressões que nomeiam entidades internas e expressões que nomeiam outros objetos. Sendo assim, em termos analíticos, seria pouco produtivo partir do pressuposto de que as descrições de entidades internas têm um *status* diferenciado.

O antimentalismo também diferencia a psicologia social discursiva da teoria das representações sociais (ver capítulo sobre a teoria das representações sociais deste livro), teoria que tem no psicólogo social francês Serge Moscovici (Moscovici, 2009) sua figura central. Potter e Litton (1985), em um artigo crítico, reconhecem que Moscovici destaca o papel da linguagem na construção das representações sociais e entende a linguagem como algo mais do que simplesmente um meio neutro de representação do mundo, mas lamentam que defina as representações sociais como matrizes cognitivas subjacentes a ideias, imagens, palavras e que misture termos mentalistas e linguísticos em sua teoria.

Mas no interior da multifacetada perspectiva da psicologia social discursiva alguns autores ressaltam mais os pontos de aproximação entre a teoria das representações sociais e a psicologia social discursiva do que suas diferenças. É o caso de Billig (1991), autor que não esconde sua simpatia pelo conceito de sociedade pensante de Moscovici, ao argumentar que o estudo da sociedade pensante deve levar em conta os temas contrários que constituem o senso comum, ou as representações sociais, e os recursos argumentativos mobilizados para dar conta desses temas em conflito.

Mais recentemente Batel e Castro (2018), psicólogos sociais com vasta produção teórico-empírica fundamentada na teoria das representações sociais, propõem uma reabertura do diálogo entre as duas perspectivas teóricas. Ressaltam quatro suposições compartilhadas entre elas. Primeiramente, alguns estudiosos das representações

sociais definiriam esses fenômenos mais como conhecimento prático, que emerge nas relações sociais, do que como estruturas e processos mentais compartilhados. Além disso, ambas concederiam uma atenção especial à produção de sentido por meio do discurso e da comunicação, ressaltariam a variabilidade intrapessoal e interpessoal na produção de sentido e reconheceriam que a produção de sentido é dependente de relações de poder.

No mesmo sentido, de Rosa (2006), num artigo crítico ao que denomina de radicalismo da psicologia social discursiva, advoga uma fertilização cruzada entre a teoria das representações sociais e o que ela denomina de abordagens menos radicais da psicologia social discursiva.

9.2.2 CONSTRUÇÃO E RETÓRICA

O termo construção tem três sentidos na psicologia social discursiva. Em primeiro lugar, procura destacar que nossos discursos sobre objetos, grupos sociais etc., são manufaturados de recursos linguísticos (termos, formas narrativas, lugares comuns etc.) já existentes. Em segundo lugar, refere-se ao fato de que, diante da existência de tão variados recursos linguísticos, nossas descrições envolvem inevitavelmente uma escolha; e como há diversas possibilidades, o mesmo fenômeno pode ser descrito de diferentes maneiras. Por fim, o termo é usado para evidenciar a ideia de que, na maior parte do tempo, temos acesso ao mundo (aos grupos sociais, aos eventos etc.) por meio de construções discursivas (Potter et al., 1990).

Com a ideia de construção, os autores da psicologia social discursiva procuram ressaltar que falar sobre objetos do mundo não é simplesmente descrever a natureza do mundo ou reagir a ele, é construir um mundo, à medida que nossas descrições ou versões têm efeitos concretos na vida social. Tais versões produzem realidades sociais e psíquicas à medida que produzem e reproduzem grupos sociais, sentimentos de identidade nacional, instituições etc. (Wetherell, 1996).

O foco sobre os efeitos de realismo produzidos pela linguagem em ação associa-se ao interesse dos psicólogos sociais discursivos pela retórica. De fato, esse é um tema fundamental da psicologia social discursiva. Michael Billig (1985, 1987, 1988, 1991) é o estudioso que mais tem contribuído para o despertar do interesse pela retórica entre os psicólogos sociais. Para esse autor, os velhos “insights” acerca da “natureza retórica da argumentação” seriam muito úteis no estudo da ideologia e das opiniões. Tais fenômenos diriam respeito essencialmente à retórica e à argumentação (1991, p. vii).

Ao acentuar a natureza retórica da ideologia e do discurso, essa perspectiva teórica direciona nossa atenção para a questão do conflito na sociedade. De fato, o contexto da retórica não se resume às relações entre o orador e a audiência. Tal contexto inclui, geralmente, as opiniões que o orador está tentando tornar justas e legítimas para seu público, mas nele também se encontram as opiniões contrárias que estão sendo combatidas, de maneira implícita ou explícita (Billig, 1987). Em outras palavras, “o argumento a favor de uma posição é sempre um argumento contra outra posição” (Billig, 1991, p. 17).

Nessa perspectiva interessa observar como o discurso é organizado para tornar determinadas versões da realidade factuais, verdadeiras. Portanto, algumas características discursivas merecem uma atenção especial: o uso da categorização e da particularização para produzir os mais variados efeitos, o uso de diferentes “técnicas narrativas”, a combinação de “formulações sistematicamente vagas”, formas retóricas básicas etc. (Potter & Wetherell, 1992).

9.2.3 VARIABILIDADE DISCURSIVA

Para os psicólogos discursivos, a orientação para a ação do discurso e as diferentes atividades que podem ser realizadas numa mesma intervenção, ou em intervenções diferentes, produzem mudanças na forma e conteúdo dos discursos. Em outras palavras, características individuais, eventos, grupos sociais serão descritos de diferentes maneiras como resultado de mudanças na orientação funcional (Potter et al., 1990).

A variabilidade (a inconsistência, a contradição) nos discursos das pessoas não se apresenta como algo incômodo para os teóricos discursivos. Como não se pressupõe que discursos são reflexos de atitudes, estruturas ou disposições dos sujeitos, também não se espera que seus discursos sejam coerentes e consistentes (Potter & Wetherell, 1987).

Segundo Billig (1991), uma das maiores diferenças entre uma psicologia social discursivamente orientada e uma abordagem cognitivista diz respeito à questão da variabilidade. Os cognitivistas, geralmente, descontextualizam os discursos dos indivíduos, os relacionam a supostas estruturas internas e tendem a supor que os indivíduos produzem respostas fixas, ao assumir que as pessoas têm sistemas de atitudes ou de crenças e que tais sistemas determinarão as respostas que serão produzidas: respostas geralmente consistentes, pois teriam sido geradas pela mesma estrutura cognitiva. As abordagens discursivas e retóricas não esperam tal consistência, segundo Billig (1991), porque não pressupõem nenhuma estrutura cognitiva gerando nossas respostas.

Para Billig (1991), a variabilidade nos discursos também ocorre porque as pessoas reproduzem em seus argumentos as diversas concepções que estão em conflito no interior da sociedade, do senso comum. A variabilidade, portanto, não seria somente uma consequência de considerações estratégicas ou da orientação funcional do discurso – a variabilidade teria relação também com a própria natureza do senso comum e dos temas em conflito no senso comum.

Augoustinos e Walker (1995), partindo de uma posição crítica à noção de variabilidade desenvolvida pelos psicólogos discursivos, aceitam a descrição do discurso como algo dilemático, contraditório e fragmentário, mas ressaltam que é possível identificar coerência em meio a tanta contradição. Esses autores não estão argumentando a favor da existência de indivíduos que poderiam ser classificados de maneira essencialista como os “preconceituosos”, os “racistas”, os “conservadores”, os “liberais” etc. Como os psicólogos sociais discursivos, entendem que tais tipologias são problemáticas, argumentam, no entanto, que os psicólogos discursivos superestimam a variabilidade nos relatos das pessoas.

A sugestão de uma possível superestimação da variabilidade discursiva entre os psicólogos discursivos é relevante, e aponta para a necessidade de uma atitude analítica mais cuidadosa por parte de todos aqueles que procuram destacar a variabilidade discursiva em suas análises. Mas é importante dizer que a consistência não é negada pelos psicólogos discursivos. Para eles, assim como para Augoustinos e Walker (1995), pode-se encontrar tanto consistência quanto inconsistência no discurso (ver Potter & Wetherell, 1987).

Nos trechos a seguir, retirados de uma entrevista realizada com uma participante de uma pesquisa que abordava, entre outras coisas, o posicionamento de brasileiros brancos sobre o modo bipolar de classificação racial (Oliveira Filho, 2005), pode-se observar a inconsistência discursiva que tem despertado o interesse dos psicólogos discursivos e, também, a consistência ressaltada por Augoustinos e Walker. No primeiro trecho, formula-se um argumento crítico ao uso de categorias como “moreno”, “mulato”, acionadas frequentemente para nomear afrodescendentes no Brasil, categorias que deveriam, segundo a entrevistada, ser substituídas pela categoria “negro”. Trata-se de um argumento que, sem citar nenhum modo de classificação racial, é crítico em relação ao modo multipolar de classificação racial e simpático ao modo bipolar. No entanto, no segundo trecho – numa flagrante inconsistência discursiva – a entrevistada posiciona-se criticamente em relação ao modo bipolar.

Sandra – Eu acho que aprender história de uma maneira geral é interessante. Acho que...sem...sem querer dar tanta ênfase, acho que é válido. Se nós tivermos...muita...muita história sobre a...a...a população branca europeia, que são os imigrantes aqui, né?, eu acho que tem que ter conhecimento...Mais uma vez: evitando a discriminação..., esse negócio de bairrismo, de bandeira, eu não gosto muito disso; eu acho que isso acaba partindo pra...prum lado ruim que é a violência, depois, né? Quer dizer: um contra o outro. Eu acho que tem que haver uma integração. E acho que quando perguntam pro negro, qual é a sua cor? Tem que falar: sou negro!, num tem que falar: sou moreno, sou queimadinho, sou não sei o que, que é o que se escuta aqui, né? Sou meio escuro. Então é: sou negro e acabou!, né? E o mulato: sou negro!, porque ele é negro mesmo, né? Então...acontece que ele...ele próprio tem vergonha de dizer o que ele é. O branco tem...tem...fica com...cheio de dedos também pra falar que tem um amigo negro, quer dizer: parece que todo mundo tem um pouco de vergonha pra falar a coisa, não sei o que que acontece.

Sandra – Bom, eu não...não sou uma expert em parte de genética; eu acho que tem gens recessivos, dominantes; eu não sei o que que é recessivo e dominante em alguém que tem um... um antepassado negro. Não sei o que que é.

Pra mim, cor é cor. Acho que se divide pelo...pelo...pelo exterior, não é?, mais ou menos. Não sei. Não tenho conhecimento genético suficiente pra falar sobre isso. Mas tenho impressão que...

Entrevistador – A senhora classificaria pela aparência, então?

Sandra – Num primeiro momento, sim, que é pra mim a classificação mais óbvia, né? Quer dizer: a pele, a tez e tudo mais. Se ele se considera negro porque teve um avô negro e os outros três avós italianos, aí é um problema dele, não é verdade? Se é três a um e ele acha que um ganha...aí é o critério dele. Agora, geneticamente, cientificamente, eu não sei como... eh...classificar, mas me parece que você tem que ter uma certa proporção. Se você tem dois negros e dois brancos, ele é meio a meio, né? Se você tem um negro com três brancos, ele é mais branco do que negro. Isso é um problema de...de...genético que também é matemático, né? Então (trecho incompreensível) problema matemático.

No primeiro trecho, Sandra discorre sobre o que pensa acerca de um currículo escolar com disciplinas que abordem a história e a cultura africanas. O currículo em questão foi apresentado pelo entrevistador como uma proposta de grupos da população negra no Brasil. Sandra procura mostrar-se simpática ao diferencialismo presente na proposta, posicionando-se de maneira favorável em relação ao conhecimento sobre as origens das diferentes etnias que constituem o povo brasileiro. Após ressaltar que o conhecimento sobre as origens não deve ser entendido como sinônimo de “bairrismo” e “discriminação” – que podem produzir “violência” –, Sandra assume novamente um tom diferencialista muito semelhante ao diferencialismo de grupos que militam no movimento negro: o “negro” e o “mulato” devem dizer claramente que são negros, nada de “moreno” e “queimadinho”. Tacitamente, ela afirma que os brancos também devem adotar o vocabulário diferencialista próprio do modo bipolar de classificação racial: “O branco tem...tem...fica com...cheio de dedos também pra falar que tem um amigo negro...”.

No segundo trecho, Sandra está falando sobre o que pensa sobre a classificação de alguém como negro pelo fato de ter um antepassado negro. Usa dois critérios de classificação, a aparência e a genética, para rejeitar essa regra de classificação. Esses critérios aparecem em seu discurso como mais racionais, mais próximos do bom senso, do que a origem tal como usado no modo bipolar de classificação. Para ela, se um indivíduo “se considera negro porque teve um avô negro e os outros três avós italianos, aí é um problema dele”, “se é três a um e ele acha que um ganha...aí é o critério dele”. Contrasta a suposta racionalidade do modo de classificação nacional – que leva em conta a aparência e a quantidade de parentes negros e brancos de um indivíduo – com a suposta falta de bom senso do critério usado nos Estados Unidos.

Esse trecho é ao mesmo tempo coerente e contraditório em relação ao primeiro. É contraditório porque nele o modo bipolar é representado como contrário ao bom senso, enquanto no primeiro ele é representado como um fato inquestionável: “o mulato deve se classificar como negro porque ele é negro mesmo”. É coerente em relação ao primeiro trecho porque nele encontram-se também os elementos antidiferencialistas e assimilacionistas que caracterizam o discurso nacional sobre raças. No primeiro trecho ela afirma que devemos falar da história e da cultura africanas, mas sem muita “ênfase”, porque destacar em excesso a cultura negra ou outra qualquer pode resultar em “violência”. Devemos falar das diferentes culturas, mas “não com o intuito de ficar separando”, “tem mais é que integrar”.

9.3 ABORDANDO TEMAS TRADICIONAIS DA PSICOLOGIA SOCIAL

9.3.1 ATITUDES E PRECONCEITO

O conceito de atitude surge na psicologia social no momento em que a disciplina estava nascendo no início do século XX. Billig (1987) ressalta que a palavra atitude no século XVII referia-se à pose dos corpos em pinturas. Quando os psicólogos sociais começaram a usar o termo no começo do século XX o sentido já tinha mudado radicalmente. O termo já não nomeava algo visível – a postura de nosso corpo – nomeava uma espécie de postura mental diante de determinados objetos.

Billig (1987) afirma que, não obstante às discordâncias acerca de diferentes aspectos do conceito de atitude, os psicólogos sociais concordam que o elemento avaliativo é central no fenômeno atitudinal. Ter uma atitude é, para esses psicólogos sociais, um processo de natureza avaliativa em que as pessoas se posicionam de maneira favorável ou contrária a pessoas, grupos, visões de mundo etc. Um processo, portanto, carregado de afeto. Mas as atitudes não são simplesmente respostas afetivas a determinados estímulos; são constituídas por justificativas e criticidade, fazem parte de contextos retóricos ou argumentativos, e isso teria sido subestimado pelas teorias tradicionais sobre as atitudes.

Para Billig (1987), ter uma atitude implica em justificar uma posição e atacar posições contrárias, é concordar ou discordar de algo no mundo, e esse posicionamento já torna as pessoas predispostas a iniciar um debate em defesa de suas posições – debates não ocorrem sem justificativas, construção de linhas argumentativas etc. As atitudes são, portanto, posicionamentos que ocorrem no espaço público e que se apresentam em forma de argumentos.

No mesmo sentido, Potter e Wetherell (1987) elencam vários problemas com o conceito tradicional de atitude no interior da psicologia social e com o modo como as atitudes são investigadas. Os estudos sobre atitudes na psicologia social, segundo esses autores, negligenciam a importância do contexto quando se trata de evidenciar a orientação para a ação da fala e as ações de ataque e defesa que as pessoas realizam

quando falam e constroem textos. Um outro problema diz respeito à supressão da variabilidade por meio do uso de escalas que constroem um sujeito com atitudes muito mais estabilizadas do que quando se usa instrumentos, como as entrevistas que não impedem e nem dificultam a emergência de contradições e inconsistências no discurso. Quando esses instrumentos são usados, produzem uma imagem bem diferente daquela em que conjuntos de atitudes se apresentam estáveis em diferentes contextos. Por fim, para esses autores um terceiro problema com os estudos tradicionais sobre atitudes diz respeito ao objeto das atitudes. Não se trata de um objeto abstrato, numa posição de exterioridade em relação aos sujeitos que o avaliam, trata-se de um objeto constituído de diferentes maneiras e a sua avaliação seria guiada pelo modo como ele foi constituído. Para superar os problemas com os estudos tradicionais sobre atitudes, os autores propõem que os psicólogos sociais não mais compreendam as atitudes como entidades mentais que exercem influência sobre o comportamento e passem a investigar os diferentes modos de produção de expressões avaliativas em falas e textos.

O preconceito, um tipo de atitude, à medida que se trata de avaliação de grupos humanos, foi investigado exaustivamente pelos psicólogos sociais no século XX e em muitos desses estudos a categorização era o conceito principal (para uma discussão sobre o preconceito veja o Capítulo 12 deste Manual). A categorização – compreendida como um processo cognitivo – é central na perspectiva teórico-metodológica dominante na psicologia social, a perspectiva da cognição social. Nessa perspectiva pressupõe-se que o uso de categorias sociais (negros, brancos, pobres, ricos etc.) é uma tendência cognitiva que trabalha para simplificar e racionalizar um mundo marcado pela complexidade. A categorização, portanto, seria um processo cognitivo funcional e adaptativo (Augoustinos & Walker, 1995).

Para a psicologia social discursiva, o individualismo e o universalismo, característicos dos estudos sobre categorização social realizados pelos teóricos da cognição social, naturalizam processos psicossociais intimamente ligados à exclusão social (Wetherell, 1996). Segundo Wetherell e Potter (1992), os estereótipos e os preconceitos sociais seriam, na perspectiva da cognição social, produtos das limitações cognitivas da espécie humana e não dos discursos que os difundem sistematicamente no cotidiano das pessoas.

Como argumenta Billig (1985, 1987), para os teóricos da cognição social, o pensador típico é aquele que, diante dos estímulos desordenados e complexos do mundo, tenta colocá-los em esquemas e categorias. Nesse modelo burocrático de pensamento, os sujeitos, como os burocratas, procuram incansavelmente a ordem, a organização e a eficiência. Mas, continua Billig (1985, 1987), para esses teóricos há um preço a pagar por toda essa eficiência: os sujeitos procurando tornar o mundo mais racional são obrigados a produzir retratos simplificados, e até mesmo distorcidos, desse mesmo mundo. O preconceito, para a cognição social, seria, portanto, mais um produto de limitações da racionalidade do que um produto de subjetividades irracionais. Em outras palavras, para a cognição social, o preconceito seria uma limitação da racionalidade que afetaria todos os seres humanos (à medida que todos categorizam), mas não uma psicopatologia que afetaria somente um tipo particular de pessoa, como seria o

caso, por exemplo, se o preconceito fosse uma patologia da personalidade que tornasse as pessoas mais vulneráveis ao discurso preconceituoso ou mesmo predispostas ao preconceito.

Billig (1985, 1987) também critica a indiferença em relação à particularização nos estudos dos teóricos cognitivos que trabalham com o conceito de categorização. De fato, tanto os estudos clássicos da psicologia social quanto os leigos nessa disciplina costumam superestimar a generalização cognitiva. A particularização seria um contraponto à ideia de que todos os indivíduos teriam uma tendência cognitiva para o preconceito em razão da generalização que acompanharia o processo de categorização. Para Billig (1985, 1987), assim como os indivíduos categorizam produzindo representações estereotipadas (“todos esses indivíduos são brasileiros e, portanto, são também alegres e festivos”), também particularizam (“esses indivíduos são brasileiros, mas não têm a natureza festiva que eu pensava ser inerente aos brasileiros”). A particularização, em casos como esses, desestabiliza a ideia tão difundida de que o preconceito seria inevitável em razão do processo de generalização que acompanharia a categorização.

Outras teorias não afirmam os pressupostos universalistas das teorias cognitivas na medida em que localizam a tendência para a generalização preconceituosa somente em determinados indivíduos, os indivíduos preconceituosos. Elas são responsáveis por uma imagem muito difundida dos indivíduos preconceituosos segundo a qual esses indivíduos não suportam a ambiguidade e só pensam em determinados grupos sociais homogeneizando-os, tornando-os indiferenciados. Enfim, segundo essa imagem, os indivíduos preconceituosos pensam de maneira diferente dos indivíduos tolerantes.

Talvez nenhuma obra tenha contribuído tanto para a ideia de que a forma do pensamento diferencia os indivíduos preconceituosos dos não preconceituosos do que a obra *A Personalidade Autoritária* de Theodor Adorno e colaboradores (1950).

Essa ideia foi divulgada também por outros importantes psicólogos sociais. Em *La naturaleza do prejuicio*, Gordon Allport (Allport, 1971) afirmava que os processos cognitivos das pessoas preconceituosas são, de uma forma geral, diferentes dos processos cognitivos das pessoas tolerantes. Segundo Allport, os intolerantes se incomodariam com categorias diferenciadas – pensariam, portanto, como categorias indiferenciadas, homogêneas, seriam pessoas, enfim, cujo pensamento seria caracterizado pela rigidez.

A ideia de que o pensamento preconceituoso é sempre generalizante não resiste, contudo, a um exame mais cuidadoso. Como argumenta Billig (1985), o pensamento mais fortemente preconceituoso e intolerante pode usar particularizações. Portanto, para esse autor, se em alguns contextos a particularização pode ser um processo de pensamento que desestabiliza a generalização preconceituosa, em outros pode ser um processo cognitivo ou discursivo inequivocamente preconceituoso. A “rigidez cognitiva”, portanto, não seria um bom critério para distinguir o preconceito da tolerância.

Casos de particularização preconceituosa são frequentes no cotidiano e geralmente ocorrem quando as pessoas querem atacar algum grupo social e ao mesmo tempo se apresentarem como pessoas tolerantes, guiadas pelos valores do Iluminismo, em formulações como esta, por exemplo: “algumas mulheres são frias e racionais, mas muitas são movidas pelas emoções” (para uma discussão crítica sobre emoções e gênero, veja os Capítulos 5 e 13 deste Manual). Essas formulações são, geralmente, tentativas fracassadas de evitar a acusação de intolerância porque, em alguns contextos, o ataque presente nelas é rapidamente reconhecido.

As teorias situadas no campo da cognição social tendem ao perceptualismo. Até mesmo aquelas que admitem a construção social de grupos e categorias sociais, como é o caso da *self-categorization theory* (Turner et al., 1987), partem do pressuposto de que a percepção individual é a base do conhecimento. Nesse modelo teórico, as categorias são concebidas como entidades que são apresentadas visualmente para as pessoas e as interações entre os indivíduos são estruturadas pelo olhar e não por discursos (Wetherell & Potter, 1992).

Para as abordagens discursivas, a perspectiva da cognição social, em sua tentativa de explicar fenômenos, como o preconceito, os estereótipos e a discriminação, peca por dar mais atenção aos processos e estruturas da mente humana do que aos discursos que circulam na sociedade, por não conectar as categorias e os estereótipos à dinâmica da linguagem, dos discursos sociais, dos argumentos.

O foco de atenção, portanto, deveria ser desviado para a constituição e mobilização das categorias nos discursos cotidianos e para as suas diferentes funções. Wetherell e Potter (1992), em uma obra exemplar de uma abordagem discursiva do racismo, afirmam que o foco analítico deve ser deslocado do conteúdo do discurso para a prática discursiva.

Para esses autores, algumas linhas argumentativas – o igualitarismo, por exemplo – tanto podem ser usadas para objetivos racistas quanto para combater o racismo. Os argumentos podem ser mobilizados em muitas direções, por isso deve-se dar prioridade ao discurso em ação e não à linguagem, entendida como um sistema abstrato (Wetherell & Potter, 1992).

Wetherell e Potter (1992) reconhecem que alguns recursos interpretativos são racistas na maioria das vezes em que são usados. Contudo, enfatizar esses recursos, segundo eles, poderia obscurecer a importância de recursos interpretativos mais flexíveis, muito usados no racismo predominante na atualidade – racismo que não apela para a raça e nem para a biologia. Por outro lado, argumentam, não se deveria esquecer que o essencialismo biológico e as caracterizações fenotípicas do senso comum, recursos que, indubitavelmente, são racistas na maioria das vezes em que são usados, também podem ser mobilizados com sucesso no combate ao racismo.

O contraste entre essa forma de abordar o racismo e a abordagem do racismo encontrada na obra *A personalidade autoritária*, muito popular e paradigmática na psicologia social, tornará mais claro o seu poder analítico. Nessa obra, Adorno et al. (1950) analisaram exaustivamente, apoiados teoricamente na psicanálise e no marxismo, a relação entre personalidade e racismo.

A hipótese básica da pesquisa relatada em *A personalidade autoritária* era a seguinte: as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um amplo e coerente padrão, como se formassem uma mentalidade ou espírito, e este padrão expressa profundas tendências em sua personalidade (Adorno et al., 1950).

O convencionalismo, a submissão à autoridade, a agressividade, a oposição ao subjetivo, o pensamento estereotipado – um pensamento que trabalha por meio de categorias rígidas –, a identificação com o poder, o cinismo e a projeção de impulsos inconscientes são algumas das características da personalidade autoritária (Adorno et al., 1950).

A personalidade em Adorno et al. (1950) não é responsável pela existência de ideologias racistas na sociedade, mas é responsável pela atração que certos indivíduos sentem por ideias antidemocráticas ou por ideologias racistas.

Para Wetherell e Potter (1992), a obra *A personalidade autoritária* transforma o racismo em sinônimo de autoritarismo. E isso, segundo eles, seria nocivo para a luta antirracista. Entendem que é importante observar as relações entre, por um lado, os discursos fascista, nacionalista e conservador, e, por outro lado, o discurso racista, mas ressaltam que o discurso racista utiliza também argumentos liberais, reformistas e humanitários e que, por isso, o foco sobre o pensamento autoritário e sobre os indivíduos autoritários é limitador.

Para Wetherell (1996), a ênfase sobre a irracionalidade do racismo coloca em segundo plano os interesses materiais e a luta por poder que estão associados às ideologias racistas. Além disso, Adorno e companheiros subestimariam o poder da linguagem e do discurso na constituição de indivíduos racistas. Como afirmam Wetherell e Potter (1992), em *A personalidade autoritária* as motivações organizam as palavras, mas nessa obra não se analisa como as palavras podem, do mesmo modo, constituir a subjetividade dos indivíduos. Na análise do material discursivo quase nenhuma atenção é dispensada ao “contexto interacional imediato da entrevista” ou à natureza “ativa”, “funcional” dos discursos emitidos em tais contextos. “O movimento é da superfície do discurso para os conteúdos latentes supostos” (p. 55).

Em *La Naturaleza del prejuicio*, Gordon Allport (Allport, 1971, p. 196), discorrendo sobre “o princípio do menor esforço” na categorização de grupos sociais – a tendência para a simplificação no processo de categorização de grupos sociais –, afirmava que uma de suas consequências era a “fé em essências”. Quando as pessoas falam em “alma oriental”, por exemplo, estariam expressando a crença em essências.

A observação de Allport é bem adequada para definir diversas teorias psicológicas sobre o preconceito. Os psicólogos sociais que construíram e difundiram a ideia de que há um indivíduo preconceituoso essencialmente diferente dos outros membros da sociedade também parecem crer em essências. Nesse sentido, a ênfase dos psicólogos discursivos na variabilidade representa um grande avanço no combate ao essencialismo característico de grande parte da produção teórica da psicologia social, principalmente aquela interessada no estudo do preconceito e do racismo. A noção de

preconceito, tal como tem sido usada, produz, como afirma Rattansi (1992, p. 25), a “essencialização” do indivíduo “preconceituoso”, um indivíduo sempre consistente em suas atitudes preconceituosas e que age de acordo com essas atitudes de maneira sistemática e não contraditória. A ênfase na variabilidade discursiva dissemina a desconfiança em relação às descrições que apresentam indivíduos antirracistas totalmente consistentes, não contraditórios, intocados pelo racismo, puros. O racismo, e outros processos psicossociais, como o sexismo e o preconceito de classe, encontram-se na sociedade, em discursos que circulam ao redor das pessoas e dentro das pessoas, discursos cujas consequências e armadilhas não se pode conhecer ou controlar totalmente.

Wetherell e Potter (1992) usam a expressão “problemática do preconceito” para nomear os discursos criados pela psicologia social para lidar com as relações de conflito e poder entre grupos. Segundo eles, trata-se de uma estrutura relativamente integrada de sentenças, estratégias intelectuais, questões e problemas que se apresentaria de maneira mais integrada, como não poderia deixar de ser, nos textos de psicologia social, e mais fragmentado e contraditório no senso comum.

Esses autores destacam dois tipos de tensão no interior dessa problemática. Haveria, por um lado, uma tensão entre o otimismo que acredita na reforma dos indivíduos desviantes e o pessimismo conservador, que entende o preconceito como uma aversão inconsciente – ou mesmo instintiva – à diferença, o qual seria cético em relação a uma possível reforma da natureza humana (Wetherell & Potter, 1992).

Por outro lado, haveria uma tensão espaço entre a universalização e a particularização do preconceito. As abordagens psicodinâmicas seriam particularizantes: o preconceito é encontrado em um tipo específico de personalidade. A universalização, por outro lado, seria típica de algumas teorias do campo da cognição social que tendem a explicar fenômenos como o preconceito como um produto de limitações da racionalidade, algo, portanto, inerente a todos os seres humanos.

9.3.2 A MENTE E A CONSCIÊNCIA

Conceber a mente e a consciência em termos de signo, discurso, linguagem, texto etc., ou simplesmente substituir aqueles por esses últimos, é uma característica que distingue as abordagens discursivas da psicologia das outras abordagens presentes no campo. O que Eagleton (1988, p. 22-23) afirma para as ciências humanas, que “falar de ‘consciência’ perdeu o *sex-appeal*”, vale também para grande parte das abordagens discursivas da psicologia social. Essa tendência faz parte de um movimento mais amplo do século passado, que poderíamos chamar de virada linguística.

Segundo Eagleton (1997, p. 171), uma de suas consequências foi a tendência para “pensar em conceitos em termos de palavras” ao invés de “pensar nas palavras em termos de conceitos”. Em contraposição às correntes empíricas para as quais os conceitos são representados por palavras, o ato de conceituar passou a ser compreendido como “a capacidade de usar as palavras de maneiras particulares”. Nesse sentido, conceitos seriam menos estados mentais do que práticas.

Pensar nos conceitos dessa forma não implica necessariamente em uma redução, à moda do behaviorismo, do significado, da consciência e da identidade, ao uso das palavras. Como afirmam Wheterell e Potter (1992), a identidade não é produzida do nada a cada vez que uma pessoa fala. Há continuidade decorrente da sedimentação de práticas discursivas ao longo do tempo.

A consciência, nesse sentido, pode ser entendida como um conjunto de discursos que os sujeitos tornam seus ou como discursos que habitam um sujeito, e não como uma entidade mental desvinculada dos discursos presentes na vida social e da materialidade dos signos. Uma definição de mente encontrada em Rom Harré (1989, p. 40) dá uma ideia apropriada de um psiquismo assim entendido: “Uma mente (...) é uma área parcialmente cercada, dentro do amplo campo de conversações da humanidade. É uma área dentro da qual há dois ou três animais tomados dos grandes rebanhos que marcham sobre o vasto campo”.

O psiquismo, nessa perspectiva, é um produto das interações discursivas e não um produto de sujeitos isolados que pensam sozinhos. O filósofo e educador pragmatista norte-americano John Dewey já alertava para esse fato no começo do século passado, e para as consequências do seu esquecimento:

A falta do reconhecimento de que esse mundo da experiência interior depende de um prolongamento da linguagem, a qual é uma produção e uma operação de caráter social, conduz a linguagem subjetivista, solipsista e egotista no pensamento moderno. Se os pensadores clássicos criaram um cosmo segundo o modelo da dialética (...) os pensadores modernos compuseram a natureza conformemente ao modelo do solilóquio (Dewey, 1974, p. 191).

A mesma ênfase pode ser encontrada em Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, teóricos belgas da argumentação e da retórica na metade do século passado: “[...] é a análise da argumentação dirigida a outrem que nos fará compreender melhor a deliberação consigo mesmo, e não o inverso” (Perelman, & Olbrechts-Tyteca, 1996, p. 46). Dito de outra maneira, o pensamento privado é “modelado” pela argumentação pública, o pensamento, portanto, é “dialógico” e não “monológico” (Billig, 1987).

O filósofo e crítico literário russo, Mikhail Bakhtin, escrevendo nas primeiras décadas do século XX, destacava, em *Marxismo e filosofia da linguagem*, a natureza discursiva dos processos psicológicos. Para ele, o psiquismo sem seu “conteúdo semiótico” e “ideológico” não é nada (Bakhtin, 1997).

Há vários argumentos na obra de Bakhtin que são compatíveis com os pressupostos teóricos dos psicólogos discursivos. Como esses, Bakhtin é profundamente anti-individualista. Trata-se de um autor profundamente cético em relação à noção tradicional de autoria, e para ele, a ideia de que o autor é o único responsável por aquilo que produz não faz o menor sentido. Segundo Jobim e Souza (1994), para Bakhtin, a palavra não pertence somente ao falante ou àquele que escreve um texto. Cada um

de nós encontra-se num mundo já falado de diferentes maneiras por outros; tanto os potenciais ouvintes quanto todas as vozes que antecederam uma determinada produção textual ressoam nas palavras do autor.

Em Bakhtin, o psiquismo está situado menos no interior dos sujeitos individuais do que na interação discursiva, no signo. Por todas essas características, Eagleton (1997) afirma que, para Bakhtin, “a consciência é menos algo ‘dentro’ de nós que algo ao redor de nós e entre nós, uma rede de significantes que nos constitui inteiramente” (p. 172).

A ideia de consciência como algo que transcende os sujeitos individuais tem uma certa semelhança com uma das mais polêmicas teses da psicologia social discursiva (Potter & Wetherell, 1987; Wetherell & Potter, 1992). Para a psicologia social de orientação cognitivista, os processos psicológicos são fenômenos intraindividuais, ocorrem apenas nos indivíduos, como afirmam Turner et al. (1987). Combatendo essa concepção, Wetherell e Potter (1992) argumentam que ela está baseada em uma forte distinção entre o individual e o social. Para esses autores, as categorias que as pessoas mobilizam nos seus discursos cotidianos dependem de eventos cognitivos nos indivíduos, mas o sentido, a função e os significados social e psicológico dessas categorias são estabelecidos dentro de contextos discursivos, assim, mudanças nos contextos discursivos produzirão mudanças nos sentidos dessas categorias. O argumento sobre os vários sentidos que pode adquirir a expressão “meu carro quebrou”, apresentado por Gill (2003) anteriormente neste capítulo, ilustra a mudança no significado de uma sentença com a variação do contexto discursivo.

9.3.3 O EU E A IDENTIDADE

Os mesmos argumentos apresentados pelos psicólogos discursivos para compreender a produção discursiva da mente são mobilizados para compreender a produção discursiva da entidade tida como a essência do mundo mental em nossa cultura, o eu.

Para compreender o modo como os psicólogos discursivos abordam essa noção, é bastante ilustrativo recordar uma das críticas filosóficas mais contundentes às abordagens tradicionais do eu, levando-se em conta que ela antecipa um argumento que será retomado, agora falando em discursos e não em ideias ou impressões, pelos psicólogos discursivos. No século XVIII o filósofo empirista escocês David Hume, em palavras que se tornaram célebres, fazia sérias objeções às concepções substancialistas do eu predominantes nas doutrinas filosóficas de sua época:

De minha parte, quando penetro mais intimamente naquilo que denomino meu eu, sempre deparo com uma ou outra percepção particular, de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Nunca apreendo a mim mesmo, em momento algum, sem uma percepção, e nunca consigo observar nada que não seja uma percepção. Quando minhas percepções são supri-

midas por algum tempo, como ocorre no sono profundo, durante todo esse tempo fico insensível a mim mesmo, e pode-se dizer verdadeiramente que não existo... Se, após uma reflexão séria e livre de preconceitos, ainda houver alguém que pense possuir uma noção diferente de si mesmo, confesso que não posso mais raciocinar com ele. Posso apenas conceder-lhe que talvez esteja certo tanto quanto eu, e que somos essencialmente diferentes quanto a esse aspecto particular. Talvez ele perceba alguma coisa simples e contínua, que denomina seu eu; mas estou certo de que não existe tal princípio em mim (Hume, 2000, p. 284-285).

Essas considerações não impediram que parte da psicologia, que surgiria como disciplina científica mais de um século depois, profundamente influenciada pelo cartesianismo, tratasse com muita frequência o eu como uma substância que preexiste aos discursos e representações que os indivíduos mobilizam para falar de si mesmos e de suas experiências no mundo. Princípio da racionalidade no sujeito humano, o eu se apresentou predominantemente na psicologia como aquilo que garante a autonomia individual e organiza as diferentes experiências do sujeito no mundo.

A imagem do eu em que ele aparece como o centro da experiência, origem da ação, coerente, autônomo e separado dos outros eus tem sido um dos principais alvos dos ataques dessas psicologias. Wetherell e Potter (1987) afirmam que uma característica distintiva das abordagens discursivas do eu é o fato de olharem para ele não como algo a ser descoberto, mas como algo que é fabricado com determinados métodos. Para esses autores, as maneiras de definir o eu são culturalmente e historicamente contingentes, dependentes de práticas culturais. O modelo ocidental do eu como centro da experiência não teria as características universais que lhe são atribuídas; os psicólogos, portanto, deveriam concentrar sua atenção nas múltiplas formas de construção do eu encontradas em diferentes contextos culturais e em suas funções.

Não se pode pensar no eu de uma pessoa sem que se pense nas diferentes formas de defini-lo, nas diferentes identidades que ele pode assumir. A identidade de indivíduos e grupos é um tema central em diferentes correntes teóricas da psicologia social, trata-se de um fenômeno que se relaciona com vários outros fenômenos que despertam o interesse dos psicólogos sociais e de outros cientistas sociais: o conflito e a cooperação intergrupais, a coesão e a fragmentação intragrupais, a mobilização de grupos, movimentos sociais etc. (para uma discussão do fenômeno da identidade social na psicologia social, veja o Capítulo 10 deste Manual).

A produção discursiva de identidades tem sido ressaltada nas últimas décadas por psicólogos sociais que trabalham numa perspectiva discursiva (Antaki & Widdicombe, 2008; Benwell & Stokoe, 2006; Wetherell & Potter, 1992; Wetherell, 2008). Para Benwell e Stokoe (2006), a identidade é uma realização discursiva que pertence bem mais ao mundo público do que ao mundo privado dos processos cognitivos, é construída por práticas discursivas e não refletida por elas, na medida em que não é uma

substância que existiria antes de qualquer discurso e simplesmente se manifestaria nele. Para essas autoras, identidades são definições que as pessoas produzem umas das outras, definições marcadas por negociações, disputas e conflitos.

Mas como exatamente os psicólogos sociais discursivos compreendem o processo de definir o outro e a si mesmo? Como compreendem o processo discursivo de construção de identidades? Segundo Antaki e Widdicombe (2008), um indivíduo tem uma identidade quando é inserido numa categoria, não importa se é esse indivíduo quem fala, se é o indivíduo com quem se fala ou sobre quem se fala. Esse raciocínio vale também para grupos e categorias sociais.

Ao afirmar que ter uma identidade é ser inserido numa categoria, esses autores estão destacando um ato – ou processo – discursivo que está na base do processo de construção de identidades. De fato, sentenças como “Paulo é nordestino” ou “os brasileiros são desonestos” são exemplos do processo de categorização discursiva. No primeiro exemplo, uma pessoa foi colocada na categoria “nordestinos”, e, portanto, igualada ou assemelhada a todas as pessoas nordestinas. No segundo caso, uma categoria de pessoas foi inserida na categoria das pessoas desonestas e, portanto, os seus membros, os brasileiros, foram assemelhados a todas as pessoas que possuem a desonestidade como atributo moral. Como diria Jenkins (2004), no primeiro exemplo formula-se uma identidade para um indivíduo, no segundo exemplo, uma identidade para um grupo, uma identidade coletiva.

Os dois processos são profundamente sociais e interdependentes, à medida que os indivíduos só podem ter identidades – ser identificados – porque existem identidades coletivas e os atos discursivos por meio do qual se identificam e são identificados – “eu sou brasileiro”, “eu sou católico”, “ele é brasileiro”, “ele é católico” – constituem identidades coletivas, nesses casos, os católicos e os brasileiros. Como argumenta Wetherell (2008), a identificação é um complexo ato discursivo por meio do qual os indivíduos constituem um mundo ao constituírem discursivamente a si próprios.

Ter uma identidade é ser assemelhado a algumas pessoas, mas esse mesmo processo de assemelhar-se a algumas pessoas é acompanhado necessariamente pelo processo de diferenciar-se de outras (Jenkins, 2004). De fato, quando alguém diz que é brasileiro ele se assemelha – no atributo brasilidade – a todos os outros brasileiros e se diferencia de todos os outros que não são brasileiros – de argentinos, de ingleses etc.

O processo de categorizar e, portanto, de identificar, de produzir discursivamente uma identidade para si mesmo e para outras pessoas, pode ser compreendido tanto como um processo cognitivo quanto como um ato discursivo, como já foi visto aqui quando se comparou a abordagem retórica de Billig (1985, 1987) com as abordagens cognitivas.

Billig (1985, 1987) não trata diretamente do fenômeno identitário nessas obras. Ele aborda os processos indissociáveis de categorização e particularização – compreendendo-os mais como atos retórico-discursivos de pensamento do que como estratégias de produção de identidades –, mas a discussão que ele realiza contribui inquestionavelmente para a compreensão da produção de identidades numa perspectiva discursiva.

A categorização e a particularização estão situadas no interior de estratégias argumentativas, e a compreensão dessas estratégias lança luz sobre os processos de negociação, disputa e conflito que são inerentes à construção de identidades – evidencia as diferentes possibilidades argumentativas para questões que fazem parte do mundo social e político, questões que dizem respeito à definição da natureza da realidade social.

As batalhas argumentativas em torno de questões que dizem respeito às identidades são onipresentes na vida social e se apresentam de diferentes formas. Algumas vezes as pessoas procuram decidir se um determinado indivíduo deve ser categorizado como branco, negro ou mestiço, ou se outro deve ser categorizado como conservador ou liberal. Outras vezes devem decidir se um determinado movimento político é conservador ou fascista. Se outro movimento é libertário ou puritano e autoritário. Mas nem sempre o que está em disputa são as identidades de indivíduos e grupos e seus conteúdos. Às vezes pessoas ou grupos de pessoas contestam esquemas classificatórios que conformam as identidades em determinados contextos. Nas últimas décadas, movimentos sociais passaram a contestar o esquema classificatório binário que organiza há milênios as identidades de gênero no mundo ocidental; outros movimentos podem atacar o esquema racial dominante em determinados contextos – alguns atacam o esquema racial multipolar dominante no Brasil (várias categorias raciais), outros atacam o esquema racial bipolar dominante nos Estados Unidos (somente duas categorias raciais).

Potter e Wetherell (1987) e Wetherell e Potter (1992) também ressaltam a natureza retórico-argumentativa da categorização, colocando em destaque a função das categorias. Se os pesquisadores da cognição social privilegiam o poder das categorias – entendidas como estruturas mentais – na determinação de representações sobre grupos humanos, eles privilegiam a mobilização dessas categorias em descrições e narrativas para produzir determinadas versões da realidade social.

Em outra obra, Potter (1998) usa a noção de manipulação ontológica para falar dessas descrições que categorizam diretamente ou indiretamente indivíduos e grupos constituindo identidades para eles. Particularmente interessantes são as identidades formuladas para grupos e indivíduos que não usam de maneira direta categorias que os desqualificam (“violentos”, “perigosos”, “imorais” etc.). Assim, em vez de afirmar: “os militantes de esquerda são perigosos”, pode-se simplesmente descrever atos violentos supostamente realizados por esses militantes em diferentes contextos. Como se pode ver em Wetherell e Potter (1992) e Potter (1998), o uso de narrativas é um poderoso recurso retórico quando se trata de construir identidades para grupos minoritários e discriminados, pois protege os autores das narrativas da acusação de intolerância contra os grupos cujas identidades estão construindo, afinal eles estão simplesmente narrando a vida como ela é, de maneira objetiva, apresentando relatos factuais sobre os grupos em questão.

Na psicologia social discursiva há uma tensão, que foi se acentuando ao longo dos anos, entre dois grupos: aqueles que olham tão somente para o aspecto epistemológico da mobilização de categorias, ou de quaisquer conteúdos discursivos – sem fazer

qualquer inferência sobre a mente ou subjetividade dos indivíduos ou coletividades que formulam estes discursos ou conhecimentos – e aqueles que entendem que o foco na faceta epistemológica, performática, funcional do discurso, não impede o estudioso de fazer considerações ontológicas sobre os sujeitos que constroem estes conhecimentos.

Representantes do primeiro grupo, como Jonathan Potter, Charles Antaki, Sue Widdicombe, Derek Edwards (Edwards & Potter, 1992; Antaki & Widdicombe, 2008; Potter, 1998), são muito fortemente comprometidos com os princípios teóricos e metodológicos da etnometodologia e da análise de conversação.

Representantes do segundo grupo, que constituiriam a psicologia discursiva crítica, segundo Margaret Wetherell (2007), inclui ela própria, Michael Billig (1988, 1991), Reicher e Hopkins (2001), Hopkins e Reicher (2014), só para citar alguns, e dialoga com diferentes teorias e disciplinas: a etnometodologia e a análise de conversação, mas também com o pós-estruturalismo, a semiologia, o dialogismo de Bakhtin, dentre outras.

Ressalte-se que esse modo de compreender a psicologia social discursiva estava presente em duas obras fundamentais na construção dessa perspectiva teórica – *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour* (Potter & Wetherell, 1987) e *Mapping the language of racism: discourse and the legitimization of exploitation* (Wetherell & Potter, 1992) – antes do distanciamento teórico que marcou as relações entre Margaret Wetherell e Jonathan Potter nos anos seguintes, em razão do comprometimento cada vez maior deste último com os princípios teóricos da etnometodologia e da análise de conversação.

Os membros do primeiro grupo não discordariam de Wetherell (2007) quando ela afirma que o modo como a identidade de uma pessoa é construída discursivamente tem efeitos ontológicos, mas são profundamente desconfiados, influenciados que são por Wittgenstein (1979), de que se possa inferir identidade, personalidade ou estados e processos mentais a partir do discurso das pessoas. Como afirma a própria Wetherell (2007), para os construcionistas epistemológicos, só temos acesso à linguagem em uso e não aos estados mentais das pessoas, e a tarefa do analista é descrever como eles interpretam o mundo, descrevem e constroem a si mesmos, seus estados mentais etc., e não interpretá-los, dizer o que eles são.

Wetherell (2007), por sua vez, defende o que ela denomina de construcionismo ontológico, argumentando que, com tal defesa, não está propondo uma abordagem essencialista dos atores sociais. Para ela não há qualquer natureza fixa dos atores sociais que estaria tendo expressão nas práticas discursivas das pessoas e sim uma natureza inacabada, construída e reconstruída discursivamente.

A proposta de Hopkins e Reicher (2014) para o estudo das identidades, uma tentativa de encontrar pontos de contato entre a psicologia social discursiva e a teoria da identidade social, ilustra essa abordagem mais flexível dos psicólogos sociais que propõem um olhar para a faceta epistemológica e ontológica de toda e qualquer produção discursiva. Segundo Hopkins e Reicher (2014), os psicólogos sociais discursivos in-

fluenciados pela etnometodologia criticam o uso da identidade como um recurso analítico. eles, no entanto, argumentam que o fenômeno identitário tem valor como constructo analítico, e não somente como tópico cuja mobilização no discurso deve ser analisada. Segundo eles, é importante considerar a definição subjetiva dos indivíduos e o modo como ela modela, dá forma ao comportamento humano. No entanto, ressalva que as identidades que os indivíduos atribuem a si mesmos devem ser entendidas como construídas, contestadas, precárias, e não como entidades reificadas e estabilizadas da realidade social e que a construção argumentativa dessas identidades deve ser objeto preferencial dos psicólogos sociais.

9.4 BASES EPISTEMOLÓGICAS

Não obstante à grande variedade de interesses teóricos, e às muitas divergências que caracterizam o campo construcionista, as diferentes perspectivas teóricas desenvolvidas nesse campo têm como objetivo comum superar as epistemologias representacionistas. Esses teóricos não têm, evidentemente, nenhum problema com o uso do termo representação, desde que usado com o sentido de interpretação, significação, e não com o sentido de reflexo mais ou menos límpido, mais ou menos opaco, da realidade.

Nos anos 1980, Kenneth Gergen já combatia as epistemologias representacionistas usando termos que, desde então, têm sido recorrentemente mobilizados nos escritos de outros psicólogos construcionistas. Gergen (1985) afirmava, então, que nossa experiência com o mundo não nos apresenta os termos que devemos usar para descrevê-lo ou entendê-lo.

Essa ideia encontra a seguinte formulação nas palavras do filósofo Ian Hacking: “os construcionistas tendem a manter que as classificações não são determinadas pelo modo como o mundo é, são maneiras convenientes de representá-lo” (Hacking, 1999a, p. 33).

É preciso que se diga que os teóricos construcionistas da psicologia não negam a existência do mundo lá fora. Não se trata de uma posição teórica para a qual só há realidades linguísticas, para a qual, como afirma Hacking: “*only what is talked about exists; nothing has reality until it is spoken*” (Hacking, 1999a, p. 24). Para Hacking (1999), os construcionistas não são, em sua maioria, herdeiros do Bispo Berkeley, já que não pressupõem um mundo formado somente por realidades mentais ou linguísticas. Os construcionistas geralmente distinguem sua posição epistemológica desse tipo de idealismo. Um construcionista dos mais militantes na psicologia, Tomás Ibañez (1993), afasta-se de maneira explícita do que ele denomina de “idealismo ontológico”.

Mas, no campo construcionista, a afirmação de que nossa experiência com o mundo não nos diz quais os termos que devemos usar para descrevê-lo quer, frequentemente, ressaltar muito mais do que a mera participação dos sujeitos na construção do conhecimento sobre o mundo. Frequentemente esse tipo de afirmação faz parte de

uma linha argumentativa construída para demonstrar que a relação entre nossas descrições e classificações, por um lado, e o mundo social ou natural, por outro lado, é arbitrária.

Uma das obras mais associadas à ideia de um significado arbitrário é o *Curso de linguística geral* de Ferdinand de Saussure, publicado no início do século passado. Nessa obra, Saussure (1995, p. 80) afirma que “o signo lingüístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica”. Ao conceito, Saussure denomina significado, e à imagem acústica, significante. Um dos princípios básicos da linguística de Saussure é o da arbitrariedade do signo. Segundo Potter e Wetherell (1987), com a ideia de arbitrariedade do signo, Saussure não só afirma a arbitrariedade do significante (da qual ninguém discorda), todavia afirma também a arbitrariedade do significado. Mas há quem discorde dessa leitura da obra de Saussure. Para Merquior (1991), “Saussure percebeu claramente que cada língua natural tende a delimitar áreas de significado de forma própria e diferente” (p. 268), mas, ainda segundo Merquior, “até agora não se aduziu nenhuma declaração geral sua que possa ser usada para alegar uma arbitrariedade normal dos significados”. Sendo correta ou não, essa é a leitura construcionista – e também dos estruturalistas e pós-estruturalistas – da obra de Saussure.

Essa obra passou a ser vista como a base para a ideia de que os significados das palavras são produtos tão somente das diferenças entre elas e as outras palavras, de que não devemos pensar a língua como algo que tem conexões referenciais com o mundo objetivo (Giddens, 1999). Segundo Cardoso (2003, p. 117), nessa perspectiva a questão da referência deixa de ter qualquer importância: “...dilui-se completamente, para deixar livre acesso aos significantes da linguagem, ou àquilo que se pode chamar de ‘auto-referencialidade’”.

Eagleton (1997), falando de uma perspectiva marxista, elabora uma crítica contundente a essa posição que vale a pena ser examinada com atenção. Eagleton (1997, p. 179) discorda do pressuposto dos autores antirrealistas segundo o qual “o significado é apenas o que arbitrariamente construímos por nossos atos doadores de sentido”. Ele não está dizendo que o mundo é independente das descrições que fazemos dele. Descrições, avaliações ou distinções dos objetos do mundo não estão inscritas na realidade, autônomas “diante de qualquer coisa que possamos dizer a respeito do caso”. No entanto, segundo esse autor, não teriam necessariamente o caráter arbitrário advogado pelos herdeiros de Saussure.

Se é verdade que não existe nenhuma relação “motivada” entre, digamos, ser um intelectual pequeno burguês e opor-se ao fascismo, segue-se que não existe tal relação entre a ideologia puritana e a burguesia primitiva, entre as crenças anti-imperialistas e a experiência do colonialismo, ou entre o socialismo e o desemprego de uma vida? Todas essas relações são tão arbitrárias quanto ser um anti-semita e um expressionista abstrato simultaneamente? (Eagleton, 1997, p. 186)

Eagleton reconhece o avanço representado pelo construcionismo, principalmente quando o comparamos com as formas ingênuas de realismo, mas ainda está comprometido com formas críticas de realismo que tendem a entender argumentos dessa natureza como uma sugestão de que estamos impossibilitados de avaliar, de maneira legítima, quaisquer julgamentos sobre o mundo. “Uma vez que os próprios fatos são produtos do discurso, seria um círculo vicioso tentarmos analisar nosso discurso confrontando-os com eles” (Eagleton, 1998, p. 45).

Segundo Eagleton (1998, p. 45), o pragmatismo e o relativismo pressupõem que “o mundo não faz inserções na nossa conversa, ainda que estejamos conversando sobre ele”. Essa maneira de pensar, segundo ele, seria um “retrocesso” ao Wittgenstein do *Tractatus logico-philosophicus* (Wittgenstein, 1994), para o qual uma vez que a linguagem nos dá o mundo, não pode, ao mesmo tempo, falar de sua relação com o mundo.

O “Wittgenstein tardio” (ver Wittgenstein, 1979), ainda segundo Eagleton (1998, p. 45), renunciou a esse monismo impiedoso reconhecendo uma linguagem ligada ao mundo das mais diferentes maneiras, reconhecendo que nossos discursos têm relações com o mundo à medida que “alguma parte” do mundo fornece a “razão” para tais discursos.

A crítica de Eagleton (1998) não parte de premissas radicalmente distintas daquelas encontradas entre os autores construcionistas. Não está fundamentada na suposição de que o mundo possa fazer inserções na nossa conversa sem algum tipo de interpretação. Eagleton também discorda, assim como os construcionistas, das distinções rígidas entre discurso e realidade social.

É interessante observar a semelhança dessa posição com a posição de Bakhtin, um autor marxista (como Eagleton) de muita influência no campo construcionista. Para Bakhtin os sentidos que os sujeitos dão à sua “vida real” são plenos de realidade: “Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade” (Bakhtin, 1997, p. 33).

Uma última questão acerca da relação entre discurso e realidade na epistemologia construcionista deve ser examinada com alguma atenção. O construcionismo e todos os relativismos epistemológicos são frequentemente vistos com posições teóricas insustentáveis (ver Blackburn, 2006), pois afirmam uma tese – o caráter construído da realidade – que, partindo dos próprios pressupostos dessas abordagens, seria uma mera construção, nem mais nem menos justificável racionalmente do que a tese realista. De fato, não podemos saber se tal tese é verdadeira ou falsa se aceitarmos a epistemologia construcionista, porque para ela não podemos ter acesso à realidade de maneira independente de descrições.

Para Potter (1998), no entanto, não saber se a “metáfora da construção” é verdadeira ou falsa não é um problema. Segundo ele não tem o menor sentido ter que decidir se as descrições do mundo constroem a realidade – como querem os construcionistas – ou se a descrevem de maneira mais ou menos fiel. A metáfora da construção é mobilizada por razões puramente pragmáticas. É mais produtiva do que a metáfora do realismo, segundo a qual as descrições espelham de maneira mais ou menos fiel a

realidade; e permite formular algumas perguntas que não teriam sentido para as epistemologias realistas. Como organizamos a realidade com nossas construções? Quais os materiais utilizados? O que produzimos?

SUMÁRIO E CONCLUSÕES

Neste capítulo apresenta-se uma perspectiva teórico-metodológica em psicologia social, a psicologia social discursiva, que contesta vigorosamente o tradicional desprezo da psicologia social pela relação entre discurso e processos psicossociais.

Quatro tópicos centrais de interesse da psicologia social discursiva, o discurso como ação, a construção discursiva da realidade, a retórica, e a variabilidade, são apresentados e discutidos; com destaque para a influência do construcionismo, da etnometodologia e da filosofia analítica desenvolvida por Wittgenstein e Austin, perspectivas teóricas que têm em comum o antimentalismo e a ênfase no caráter contextual dos processos de significação.

A contribuição da psicologia social discursiva para a compreensão dos diferentes fenômenos psicossociais tradicionalmente investigados pela psicologia social é destacada, e argumenta-se que esses fenômenos apresentam uma nova configuração quando se passa a compreendê-los como fenômenos intimamente ligados a práticas, estratégias e conteúdos discursivos.

Duas obras, publicadas no mesmo ano, estabelecem os conceitos e pressupostos centrais da psicologia social discursiva e são indispensáveis para a compreensão dessa perspectiva teórico-metodológica. Uma delas é *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour* de Jonathan Potter e Margeret Wetherell (1987). A outra é *Arguing and Thinking: A Rhetorical Approach to Social Psychology* de Michael Billig (1987). Outras duas obras de Michael Billig, *Ideology and opinions* (1991) e *Ideological dilemmas: a social psychology of everyday thinking*, são muito esclarecedoras no que diz respeito ao modo como a psicologia social discursiva aborda fenômenos, como as atitudes, a retórica política, as ideologias e os dilemas ideológicos. Por fim, a obra *Mapping the language of racism: discourse and the legitimization of exploitation*, de Wetherell e Potter (1992), é um belo exemplo de como essa perspectiva teórico-metodológica aborda fenômenos, como racismo, preconceito e produção de identidades.

GLOSSÁRIO

Agência: capacidade dos atores individuais de compreenderem criticamente suas próprias ações e o contexto em que elas se desenvolvem.

Construcionismo: perspectiva epistemológica para a qual o objeto do conhecimento é construído pelo sujeito com categorias do seu mundo cultural e não um reflexo do mundo tal como ele é.

Pragmatismo: corrente filosófica para a qual a verdade de uma crença ou teoria deve ser julgada por suas consequências práticas.

MATERIAL SUPLEMENTAR

Obras artísticas de diferentes tipos abordam frequentemente um tema central neste capítulo, o papel do discurso na constituição da realidade social. Na produção cinematográfica, dois filmes abordam de maneira didática e com qualidade artística essa temática. O filme *Malcolm X*, de 1992, dirigido por Spike Lee, é um esclarecedor exemplo de como o discurso religioso, no caso, o discurso da religião islâmica, reconfigura a identidade racial de afrodescendentes nos Estados Unidos. *American history X*, filme de 1998, dirigido por Tony Kaye, no Brasil, traduzido como *A outra história americana*, aborda com notável força dramática a redefinição da identidade racial em um jovem branco dos Estados Unidos, por meio do contato com o discurso neonazista. Na literatura, o célebre romance distópico *Mil novecentos e oitenta e quatro*, de autoria de George Orwell, e publicado em 1949, é, entre outras coisas, um magistral exemplo de como o discurso, operando por meio de uma novilíngua ou novafala, pode ser usado para, a serviço do poder totalitário, produzir mudanças radicais e sinistras na definição da realidade.